

CURSO DE HISTÓRIA

Mariele Henn Heck

**ANÁLISE DE IMPRENSA E SUAS ABORDAGENS DURANTE A CAMPANHA DA
LEGALIDADE DE 1961**

Santa Cruz do Sul
2016

Mariele Henn Heck

**ANÁLISE DE IMPRENSA E SUAS ABORDAGENS DURANTE A CAMPANHA DA
LEGALIDADE DE 1961**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
conclusão do curso de História
licenciatura, pela Universidade de Santa
Cruz do Sul - UNISC.

Orientador: Prof. Dr. Diego Orgel Dal
Bosco Almeida

Santa Cruz do Sul

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma colaboraram com este trabalho, ou com o incentivo que me deram para fazê-lo.

Em especial, agradeço ao meu orientador que tornou tudo isso possível e aos meus colegas de orientação que estiveram este ano todo do meu lado.

RESUMO

A Campanha da Legalidade (1961) tratou-se de um movimento sócio-político liderado por Leonel Brizola, então governador do Estado do Rio Grande do Sul, que foi fundamental para a posse do então vice-presidente João Goulart depois da renúncia do presidente Jânio Quadros. Com o veto dos ministros militares acerca da posse de João Goulart, o país enfrentou uma grave crise política. A centralidade da campanha liderada por Leonel Brizola é indiscutível. No entanto, poucos foram os trabalhos que se detiveram a analisar a imprensa do período e as notícias e editoriais publicados. Por este motivo que esse trabalho tem por objetivo analisar o jornal *Gazeta do Sul* de Santa Cruz do Sul como importante ator político naquele momento. Qual seria o posicionamento do jornal? Como, afinal, o conteúdo das notícias articulava as questões nacionais, estaduais e locais?

Palavras-chave: Campanha da Legalidade, Imprensa, Política.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO⁶

2 A estrutura da crise de 1961¹⁰

2.1 As eleições de 1960: A vitória do “antigetulismo”¹⁰

2.2 Governo de Jânio Quadros e sua estratégia política¹³

2.3 Política externa independente: Uma estratégia de imagem?¹⁵

2.4 Uma estratégia que não funcionou...¹⁶

2.5 Os dilemas da posse de João Goulart depois da renúncia¹⁹

3 A crise político-militar em Santa Cruz do Sul²²

4 O jornal *Gazeta do Sul* como ator político³⁵

4.1 A Renúncia de Jânio Quadros³⁵

4.2 Entre a Renúncia e a posse³⁶

4.3 Fim da Crise³⁸

4.4 As adversidades da posse de João Goulart³⁹

CONSIDERAÇÕES FINAIS⁴²

REFERÊNCIAS⁴³

INTRODUÇÃO

Em finais de 2011 apareceu uma notícia em termos de polémica, de um projeto de alteração da denominação da chamada Avenida Castelo Branco – uma das principais vias de acesso à cidade de Porto Alegre – para o nome de Avenida da Legalidade. Os vereadores, autores do projeto, justificaram, na época, que essa seria uma forma de homenagear “as gaúchas e os gaúchos” que participaram da Campanha da Legalidade entre os meses de agosto e setembro de 1961. Trocando a denominação da Avenida que procurava fixar a memória em torno do nome do primeiro presidente militar em favor de rememorar o movimento político ocorrido substancialmente e com maior força no estado do Rio Grande do Sul.¹ (ALMEIDA, p.503, 2012). Pode-se dizer que a Campanha da Legalidade marcou profundamente a memória política do estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista que muitos setores da sociedade teriam aderido ou mesmo apoiado o movimento que, embora tivesse simpatia dos demais estados da federação, ocorreu com maior intensidade apenas no Rio Grande do Sul. E o que foi a Campanha da Legalidade? Em linhas gerais, foi um movimento de cunho social e político, mas também com decisiva participação militar, que buscava garantir a posse legal do então vice-presidente João Goulart depois da renúncia do presidente Jânio Quadros. Por receio de que João Goulart estivesse próximo dos sindicatos e sob o pretexto de que estaria alinhado ao ideário comunista, os ministros militares vetaram publicamente a posse do então vice-presidente. A partir daí instalou-se uma polémica contenda política entre setores conservadores e alguns segmentos sociais e uma intensa mobilização social que se pronunciava a favor de João Goulart. A Campanha da Legalidade possivelmente tenha sido a maior expressão dessa mobilização social.

1

Diego Orgel Dal Bosco Almeida (2012, p. 486-504) procura analisar os editoriais de dois dos principais jornais em circulação na época da Campanha da Legalidade. Nas páginas dos jornais Última Hora e Correio do Povo de Porto Alegre o Brasil – e por consequência os brasileiros – apareciam como aqueles de deveriam ser “salvos” pelos “gaúchos” que não se “alapidavam diante do perigo”. Em 2011, os 50 anos passados da Campanha da Legalidade foram comemorados em diversas manifestações, exposições, exibição de entrevistas de pessoas que participaram.

Considerando a força da presença das comemorações acerca da Campanha da Legalidade, passados 50 anos de sua ocorrência, e tendo em vista o seu caráter eminentemente político torna-se interessante compreender quais seriam as visões da Campanha da Legalidade não somente em jornais de circulação em Porto Alegre, como também em outras cidades no interior do estado do Rio Grande do Sul, já que se tratou de um movimento sócio político de caráter estadual. Deve-se levar em consideração, também que ocorreu uma organização relativa a campanha nos municípios do Rio Grande do Sul a partir da articulação político partidária local em relação ao estadual. Sendo assim o problema que se procura responder neste trabalho é: Quais as visões da Campanha da Legalidade nas páginas do jornal *Gazeta do Sul*? A resposta ao problema proposto percorrerá os seguintes objetivos principais: i) contextualizar a conjuntura política instável que se iniciou já nas eleições de 1960 e se agravou com a renúncia de Jânio Quadros e o veto dos ministros militares à posse do então vice-presidente João Goulart. ii) compreender as articulações políticas partidárias das lideranças locais em relação à renúncia de Jânio Quadros e à adesão a favor da posse de João Goulart; iii) entender os modos pelos quais o conteúdo dos editoriais publicados pelo jornal *Gazeta do Sul* repercutiu a conjuntura política instalada depois da renúncia de Jânio Quadros até a posse de João Goulart.

Os passos operacionais que correspondem ao caráter metodológico implementado neste trabalho seguiram a análise de conteúdo das fontes documentais. Deve-se dizer que a análise de conteúdo se mostra enquanto uma metodologia imprescindível na área de estudos em comunicação e serve fortemente às pesquisas e aos trabalhos de caráter histórico-historiográfico.

“O que é análise de conteúdo atualmente? Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.” (BARDIN, 2011, p.15). Na operacionalização, foi efetuada, primeiramente, a catalogação do *corpus* documental tendo em vista os dois objetivos principais que se referem diretamente às fontes documentais, quais sejam, o de compreender o caráter geral das articulações político-partidárias locais em relação à Campanha da Legalidade; e o de entender as bases do conteúdo dos editoriais do jornal *Gazeta do Sul* naquela conjuntura política específica.

Para se realizar a análise do documento primeiramente se precisa passar pelas pré-análise. Esta etapa é a etapa da organização propriamente dita, e possui missões que são a escolha do documento a ser analisado e a escolha dos objetivos e hipóteses. A escolha dos documentos foi realizada no CEDOC – Centro de Documentação da UNISC, que é ligado Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul. Foi realizada uma leitura flutuante e posterior a isso foram escolhidos os documentos a serem utilizados.

Para a organização de tais fontes foram categorizadas as mesmas, classificando-as em quatro níveis: Nacional, estadual, local e editoriais. Foram aplicados critérios para a organização das fontes sendo elas: A categorização das fontes se dá pelo critério da homogeneidade. A exclusão mútua é outro critério utilizado que se trata de não permitir que um elemento esteja em mais de um grupo. Visto que neste trabalho o processo de categorização das fontes é de grande relevância, é necessário que se tenha a certeza que as fontes estejam em espaços semelhantes, usando assim o critério da pertinência. Foram analisadas 73 notícias do jornal *Gazeta do Sul*.

Com base no problema apresentado e nos objetivos propostos, o trabalho será apresentado da seguinte maneira: o primeiro capítulo abordará a perspectiva das eleições de 1960, do governo Jânio Quadros e da sua renúncia. O primeiro capítulo se apresenta para mostrar como se estruturou o cenário que mais tarde iria se transformar na crise político-militar liderada pelo governado do estado do Rio Grande do Sul.

O segundo capítulo trata-se da Legalidade ou da Campanha da Legalidade em Santa Cruz do Sul. Com as Publicações do jornal *Gazeta do Sul*, é remontado um cenário de como estavam se pronunciando as lideranças santa-cruzenses em relação a posse de João Goulart e a Campanha movida pelo governador Leonel Brizola.

O terceiro capítulo é uma análise dos editoriais do jornal *Gazeta do Sul*. A partir da verificação de cinco editoriais procura-se saber o que o jornal *Gazeta do Sul* disse em seus editoriais. A análise dos editoriais se baseou no que estava acontecendo a nível nacional e estadual, procurando responder o porquê de Leonel Brizola não ser citado nos editoriais.

Visto que a análise desta pesquisa se baseou no jornal *Gazeta do Sul*, é importante salientar a importância do mesmo para Santa Cruz do Sul. O jornal foi fundado no dia 26 de janeiro de 1945 por Francisco J. Frantz, Leopoldo Morsch, Willy Carlos Frolich, Arthur Carlos Kliemann, Ralph Bartholomay, Erny Ludwig, Bruno Agnes e Ricardo Scherer, com o nome de Jornal de Santa Cruz. O jornal *Gazeta de Santa Cruz* começou a circular inicialmente às sextas Feiras, posterior a isso, ela circulou as sextas e terças-feiras. A confecção do jornal era praticamente artesanal, feita pela editora Santa Cruz. Em 1953 o jornal já circula terças, sextas e sábados pela cidade de Santa Cruz do Sul. Em 1955 é adquirida uma nova impressora que deixava os jornais devidamente dobrados e encartados. Para suportar os custos do investimento foi aberta subscrição de capital e a empresa se transforma em uma sociedade com 163 acionistas. A sociedade em janeiro de 1957 adotou o nome de *Gazeta do Sul* para o jornal. Depois desta data começou a circular cinco dias por semana até 1957 quando voltou a circular somente 3 vezes por semana. Em 1988 o jornal começa a circular em edições diárias. O crescimento do jornal *Gazeta do Sul* é, na verdade, um reflexo do crescimento da região.²

² Informações obtidas em um encarte comemorativo aos 50 anos do jornal e publicado em 26 de janeiro de 1995. Disponível no CEDOC-UNISC.

2 A estrutura da crise de 1961

2.1 As eleições de 1960: A vitória do “antigetulismo”

Para se discutir o episódio da legalidade é necessário recuar um pouco na cronologia adentrando na conjuntura das eleições de 1960. Para o historiador norte-americano Thomas Skidmore, não se poderia negar uma nova tentativa de um estilo político igual ao de Juscelino Kubitschek.³ Ele foi muito hábil quanto as suas manobras dentro do sistema presidencial. Em sua candidatura, com o intuito de evitar qualquer manobra por parte da oposição, Juscelino realizou uma excursão aos estados que o haviam apoiado sob o pretexto de agradecer aos diretórios estaduais a indicação de seu nome à Presidência. Antes, porém de executar esse programa, fez uma visita oficial aos ministros militares, a fim de lhes comunicar sua indicação e seu propósito de contribuir para a manutenção da ordem no país⁴, porém, Juscelino não participou das eleições de 1960. Já o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PSD (Partido Social Democrático) continuaram com as suas alianças para as eleições daquele ano, candidatando o general Henrique Teixeira Lott⁵. O general exercia muita atração entre os nacionalistas de esquerda, mas era um representante “sem charme”, conforme relata Thomas Skidmore, sem experiência e por isso considerado um candidato fraco. Outro candidato que concorreria à presidência da República

3

Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu em Diamantina (MG) no dia 12 de setembro de 1902, filho de João César de Oliveira e de Júlia Kubitschek. Diplomou-se em dezembro de 1927 em Medicina e foi convidado por Júlio Soares para ser seu assistente na Clínica Cirúrgica da Santa Casa de Misericórdia. Em 1933 Vargas convidou Juscelino para exercer a chefia de seu Gabinete Civil. Aceitando o convite, Juscelino abandonou a atividade médica. Em abril de 1934, por influência de Valadares, filiou-se ao Partido Progressista de Minas Gerais (PP), então chefiado por Antônio Carlos, com o objetivo de concorrer ao cargo de deputado federal nas eleições de outubro seguinte. Foi Deputado Federal por Minas Gerais; Governador de Minas Gerais e Senador por Goiás. Juscelino era tido como comprometido com as forças getulistas destronadas em agosto de 1954.

4 Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro

5 *Henrique Batista Duffles* Teixeira Lott nasceu em Sítio (MG), hoje município de Antônio Carlos, no dia 16 de novembro de 1894, filho de Henrique Matthew Lott e de Maria Batista Duffles Teixeira Lott. Quando o curso de artilharia e engenharia foi extinto no colégio, transferiu-se para a curso de aplicação de infantaria e cavalaria da Escola Militar do Realengo. Em janeiro de 1914 foi declarado aspirante-a-oficial, sendo sua turma a primeira a se formar naquela escola. Tornou-se Marechal e durante o governo de Café Filho, por ser conhecido por suas posições de intolerância a qualquer indisciplina militar, foi imediatamente escolhido para ocupar o Ministério da Guerra. Comandou o movimento 11 de novembro em que assegurou a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart quando, na tentativa de impedir a posse dos candidatos eleitos, a UDN alegava que as eleições haviam sido fraudulentas e contestava a validade dos votos dados pelos comunistas aos candidatos vitoriosos. No governo Juscelino, era conhecido por suas posições de intolerância a qualquer indisciplina militar, e por isso foi imediatamente escolhido para ocupar o Ministério da Guerra.

seria pelo partido PTN (Partido Trabalhista Nacional), Jânio Quadros. Jânio seria a única alternativa para a UDN (União Democrática Nacional), eles, após um incontável número de derrotas em eleições presidenciais, viram em Jânio o candidato capaz de obter a vaga do partido à presidência, mesmo que só prestando apoio. A grande maioria dos membros do partido já presenciara muitas derrotas e também estavam muito atraídos com o seu discurso, já que seu discurso moralizador, de algum modo, alinhava-se ao perfil dos udenistas. Thomas Skidmore complementa expondo que o estilo político de Jânio Quadros convenceu a muitos, como aborda no seguinte excerto:

Seu estilo dinâmico de campanha convenceu a muitos, inclusive alguns defensores normais de Lott, que advogavam o nacionalismo – desenvolvimentista, de que sua visão clássica sobre economia era uma bagagem ideológica herdada e que ele cedo abandonaria. (SKIDMORE, 1969, p. 233)

Havia ainda um terceiro candidato para a presidência, Ademar Pereira de Barros⁶ que foi candidatado pelo partido PSP (Partido Social Progressista). Ademar Pereira de Barros foi eleito em janeiro de 1947 governador de São Paulo, com 393.637 votos. Foi prefeito de São Paulo e em 1960 foi candidato a Presidência da República.

Como já dito, general Henrique Teixeira Lott era “sem charme” e, além disso, ele era no mínimo desastrado. Segundo o historiador Boris Fausto, Marechal Lott falava mal em público e tentava assumir artificialmente o discurso getulista. Desagradava o PSD com sua defesa ao voto aos analfabetos e ao PTB, com críticas a cuba e ao comunismo de cuba, conforme relata Thomas Skidmore. Já o candidato

Ademar Pereira de Barros nasceu em Piracicaba (SP) no dia 22 de abril de 1901, filho de Antônio Emídio de Barros, grande proprietário de terras em São Manuel (SP), e de Elisa Pereira de Barros, também pertencente à oligarquia cafeeira. Depois de completar o curso secundário no Ginásio Anglo-Brasileiro, na capital paulista, Ademar ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, no então Distrito Federal, pela qual se formou em 1923. Após uma viagem a Alemanha, Ademar ingressou no Partido Republicano Paulista (PRP), sendo indicado por Ataliba Leonel para concorrer pelo 5º Distrito Eleitoral, com sede em Botucatu, às eleições de outubro de 1934 para a Assembleia Constituinte do estado de São Paulo. Eleito, participou em 1935 da elaboração da Constituição de São Paulo e permaneceu na Câmara Estadual durante a legislatura ordinária subsequente. Adotou nesse período uma posição agressiva contra Vargas. Com o advento do Estado Novo, os estados voltaram a ser governados por interventores federais nomeados pelo presidente da República. Os membros do extinto PRP passaram a pressionar Vargas para nomear um interventor saído dos quadros desse partido. Vargas decidiu atender a essa reivindicação e sua escolha recaiu sobre Ademar de Barros.

da UDN Jânio Quadros atraía as pessoas pela sua figura que ameaçava castigar os corruptos. Jânio reunia as esperanças da elite, da classe média e maioria dos trabalhadores. Era considerado o político capaz de transcender as linhas do conflito “anti-getulista” justamente por não ser identificado como um, detinha uma imagem de “antipolítico”, ou seja, honesto para as classes médias e carismático em relação aos interesses econômicos da classe trabalhadora. Em sua campanha, Jânio prometeu um crescimento digno e honesto, rápida taxa de desenvolvimento para a agricultura, educação e saúde, além do controle da inflação, Skidmore, 1969, p. 232, confirma a informação no seguinte excerto:

Parecia encarnar as esperanças da classe média que desejava um governo dinâmico, porém honesto. Ao mesmo tempo, apresentava um lado atraente à classe trabalhadora, que via nele um líder carismático, interessado de maneira evidente em estender os benefícios econômicos às classes de baixa renda. (SKIDMORE, 1969, p. 232)

Em outubro de 1960, com 48% (5.636.623 sufrágios) dos votos, foi eleito o candidato Jânio Quadros, enquanto Lott apresentou o percentual de 28% (3.846.825 sufrágios) dos votos e Ademar apenas 23% (2.195.709 sufrágios).

Uma questão importante que deve ser ressaltada é o fato de as eleições para Presidente e Vice-Presidente, em 1960 serem separadas. O Vice-Presidente não era mero coadjuvante nas eleições do Presidente. Desta forma os partidos também lançavam seus candidatos e eles eram votados pela população de forma que não necessariamente seria eleito o candidato para Vice-Presidente do mesmo partido que o Presidente eleito. E foi o que aconteceu em 1960. Eleito com pouco mais de votos que o representante da UDN, venceu João Goulart, também vice-presidente de Juscelino Kubitschek.

Entre os três meses da eleição de Jânio e a sua posse, apareceu um silêncio que gerou certo desconforto e curiosidade quanto a sua postura política. Jânio viajou para a Europa, deixando vaga a pergunta de todos sobre sua postura política e seus próximos passos. O que Jânio faria após a sua posse a presidência da República?

Seus partidários reclamaram que aquela prolongada ausência prejudicaria todos os esforços para planejar um ataque ao caos econômico que as medidas adotadas por Kubitschek, já ao fim do governo, agravavam. O afastamento dramático do presidente eleito era típico do estilo político. Concorreria, naturalmente, para criar uma atmosfera teatral a sua posse.

(SKIDMORE, 1969, p. 238)

Quando, em 31 de janeiro ele assumiu a Presidência da República, Jânio começou a governar de forma desconcertante. Jânio estabeleceu medidas simpáticas tanto à esquerda quanto à direita que acabou desagradando a ambos. Jânio fazia o que queria e como queria, governava com a direita, porém namorava a esquerda. Fazia uma política externa independente o que deixava os Estados Unidos assustados, visto que nesta época se vivia um cenário de Guerra Fria. Provocou a fúria dos conservadores após sua visita a Cuba em março de 1960. Deu a entender que era simpático a ideia socialista quando visitou Fidel Castro em Cuba em 1960.

2.2 Governo de Jânio Quadros e sua estratégia política

Segundo Thomas Skidmore, no governo janista foi desenvolvido uma política anti-inflacionária que seria a mais completa desde 1945–1955, uma reforma do sistema cambial, a desvalorização do cruzeiro a 100% e uma redução do subsídio para importação, que acabou dobrando o preço do pão e do combustível, portanto foi uma política impopular gerando assim um enorme custo político a Jânio. Estas medidas foram bem-vindas pela FMI - Fundo Monetário Internacional – e o governo Jânio deveria se empenhar para enfrentar uma dívida externa calculada em 3,8 bilhões de dólares, onde 600 milhões venceriam em 1961.

Ainda com a imagem de “antipolítico”, Quadros atacava os corruptos e a ineficiência da administração pública de forma a manter a imagem pela qual havia se candidatado. Quadros atacava a ineficiência burocrática através de bilhetinhos, governava a partir deles, transformou os ministros em meros executores de suas ordens que eram lhes transmitidos através de bilhetes. Preocupava-se, muitas vezes, com coisas sem importância, como proibição de lança-perfume⁷, traje de banho nos concursos e desfiles de beleza⁸, funcionamento das rinhas de "briga de

⁷ DECRETO Nº 51.211, DE 18 DE AGOSTO DE 1961

⁸ _____

galos"⁹. Estas ordens eram aos ministros através destes bilhetes. Jânio tinha uma personalidade bem peculiar e esta personalidade, ou defeitos de personalidade, como aponta Skidmore¹⁰, podem ter afetado a Quadros no momento da Renúncia, como relata o historiador no seguinte excerto:

Esses defeitos de personalidade podem, inclusive, ter afetado o próprio quadros do momento de sua renúncia. Talvez estivesse agindo como alguém que sobe muito depressa e muito alto para sua capacidade. Teria sido um complexo de autodestruição ou um instrumento de auto proteção que o fez fugir as tarefas que ele mesmo havia criado? (SKIDMORE, 1969, p.250)

Quadros desenvolveu uma série de investigações neste primeiro momento de seu governo referente a fraudes de governos anteriores. Veio a publico, em maio daquele ano, um relatório que envolveria o nome do vice-presidente em irregularidades quanto ao uso de fundos da previdência social. Os protestos de João Goulart foram rejeitados por Quadros. Estas atitudes de Quadros poderiam até ser visto como honrosas para a população, mas para Jânio Quadros, seria difícil a partir de aquele momento lidar com o Congresso. A situação cada dia se complicava mais visto que Jânio Quadros pouco fazia para manter as alianças e ou o apoio da UDN. Com apenas duas reuniões, Jânio Quadros agia sem consultar as lideranças do partido que o apoiava e ainda começou a dar ouvido a conselhos de “desenvolvimentistas” o que preocupou muito a UDN. Os primeiros meses do governo com Jânio na presidência terminaram como se todos ainda quisessem saber como ele governaria a República. Qual seria sua base política? Segundo Boris Fausto, “O presidente vinha administrando o país sem contar com uma base política de apoio. ”.¹¹

DECRETO Nº 51.182, DE 11 DE AGOSTO DE 1961

9 DECRETO Nº 50.620, DE 18 DE MAIO DE 1961

10 SKIDMORE, Thomas E. **Brasil:** de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Ed saga, 1969, p.250.

11 FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: 2 ed. Edusp, 1995. p. 440

2.3 Política externa independente: Uma estratégia de imagem?

Seguindo a lógica que orientava suas primeiras ações políticas, Jânio, com o apoio de Afonso Arinos de Melo Franco¹² levou o Brasil para uma “política externa independente”. Durante a campanha eleitoral Jânio Quadros já demonstrava que estava pretendendo uma política mais aventureira. Entre a eleição e a posse viajou ao Egito, onde procurava “caminho intermediário” entre o Ocidente e o comunismo, para atingir o desenvolvimento. Quadros esperava de alguma forma diminuir os males financeiros do Brasil através de Grandes blocos econômicos: Estados Unidos, Europa Ocidental e o bloco Soviético. Vários observadores não ortodoxos acreditavam que a política externa de Quadros era apenas uma estratégia para disfarçar suas políticas impopulares, conforme afirma Thomas Skidmore no seguinte excerto:

Vários observadores acreditavam que a política externa de Quadros podia ser um elaborado disfarce a fim de desviar a atenção do país do impopular programa de estabilização econômica. (SKIDMORE, 1969, p. 246)

Essa política externa de Quadros iria, em algum ponto, resultar em falta de concordância, além de uma inquietação tanto da esquerda quanto uma irritação da direita. Essa irritação da direita forneceu um estímulo a atacar Jânio Quadros, como exemplo, Carlos Lacerda,¹³ “o demolidor de presidente”, governador de Guanabara,

12

Afonso Arinos de Melo Franco nasceu em Belo Horizonte no dia 27 de novembro de 1905, filho de Afrânio de Melo Franco e de Sílvia Alvim de Melo Franco. Desde o Império, diversos membros das famílias de seus pais se destacaram como políticos, intelectuais e diplomatas, especialmente em Minas Gerais. Diplomou-se em Direito em agosto de 1927. Afonso Arinos passou a participar ativamente da política durante a campanha da Aliança Liberal, coligação oposicionista de âmbito nacional que lançou, em julho de 1929, a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa para disputar as eleições presidenciais de março de 1930. Afonso Arinos desempenhou importante papel na formulação e implantação de uma nova política externa brasileira.

13 Carlos Frederico Werneck de Lacerda, embora registrado em Vassouras (RJ), nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 30 de abril de 1914, filho de Maurício Paiva de Lacerda e de Olga Werneck de Lacerda. Iniciou sua carreira profissional em 1929, escrevendo artigos para o Diário de Notícias, publicados numa seção dirigida por Cecília Meireles. Em 1932, durante o Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Em 1934, abandonou o curso de direito para se dedicar inteiramente à militância na Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização que reunia a oposição de esquerda ao governo Vargas. No início do ano de 1945, começou a trabalhar como freelance no Correio da Manhã, que em 22 de

que liderou um ataque ao presidente tentando colocar em descrédito com a população e os militares, a partir da sua política externa independente.

2.4 Uma estratégia que não funcionou...

Lacerda, “o demolidor de presidentes”, já havia feito ataques pessoais a outros presidentes, como Getúlio Vargas¹⁴ e tentado com Kubitschek, e naquele

fevereiro publicou uma entrevista de sua autoria feita com José Américo, na qual o ex-candidato à presidência da República criticava o regime instituído e reivindicava a convocação de eleições. Essa entrevista alcançou grande repercussão e foi considerada o marco da supressão da censura à imprensa. No mesmo jornal, lançou a coluna “Na tribuna da imprensa”, destinada a cobrir os trabalhos da Assembleia Constituinte (1946). Seria este o trampolim de onde daria seus primeiros saltos rumo à política. Filiado à União Democrática Nacional (UDN), foi o candidato mais votado na eleição de 1947 para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Lacerda decidiu, no final de 1949, fundar seu próprio jornal, a Tribuna da Imprensa, de onde iria comandar uma campanha implacável contra Getúlio Vargas. Na madrugada do dia 5, Lacerda sofreu um atentado na entrada do edifício onde morava na Rua Tonelero, em Copacabana. Foi ferido no pé, mas o major-aviador Rubens Vaz, que naquele dia lhe dava proteção, foi morto. Os tiros na Tonelero foram o golpe fatal no cambaleante governo de Vargas, que, à renúncia, preferiu o suicídio. A fama de “demolidor de presidentes” se firmaria em novembro de 1955, quando assumiu a liderança civil do movimento que tentou impedir a posse dos eleitos em outubro, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Como escreveu em editorial da primeira página da Tribuna, no dia 9, “esses homens não podem tomar posse; não devem tomar posse; não tomarão posse”.

¹⁴ Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja (RS) no dia 19 de abril de 1882, filho de Manuel do Nascimento Vargas e de Cândida Dornelles Vargas. Em 1898, decidiu seguir carreira militar, solicitando matrícula na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo (RS), primeiro passo no caminho do oficialato. Em dezembro de 1903, deu baixa do Exército e ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre como aluno ouvinte. Em março de 1904, matriculou-se no segundo ano da faculdade, após prestar exames das cadeiras que constituíam o primeiro ano do curso de direito. Na faculdade, revelou-se discípulo fiel do castilhismo, integrando-se à mocidade estudantil republicana. Em 1907, ingressou efetivamente na política partidária republicana, juntamente com toda uma geração de estudantes gaúchos que se notabilizaria na política nacional e que seria chamada por Joseph Love de a “geração de 1907”. Em março de 1909, Vargas foi eleito à Assembleia dos Representantes na legenda do PRR. Em 1913, foi novamente eleito deputado estadual, mas renunciou ao mandato em protesto contra a intervenção de Borges de Medeiros nas eleições de Cachoeira, atual Cachoeira do Sul. Em 15 de novembro de 1926, Washington Luís assumiu a presidência, empossando Vargas no Ministério da Fazenda. Em 25 de janeiro de 1928, Getúlio assumiu a presidência do Rio Grande do Sul. A candidatura de Vargas às eleições presidenciais de 1930 nasceu do acordo entre o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, marcando o rompimento dos dois estados com o governo federal. Em agosto de 1954, o governo presidido por Vargas passou por uma enorme crise. O país atravessava uma crise de dimensões históricas, quando um acontecimento imprevisto tornou extraordinariamente grave a posição de Getúlio, selando definitivamente a aliança entre civis e militares para sua deposição. Nos primeiros minutos do dia 5 de agosto, o jornalista Carlos Lacerda sofreu um atentado quando chegava à sua residência, na Rua Toneleros, no Rio de Janeiro, em companhia de seu filho Sérgio e do major-aviador Rubens Florentino Vaz. O major Vaz teve morte instantânea, ao passo que Lacerda escapou com um ferimento no pé. O crime teve ampla repercussão no país, sendo imediatamente atribuído pela oposição a pessoas ligadas ao governo. Lacerda não hesitou em lançar imediatamente a culpa sobre o presidente. Getúlio estava com 72 anos e parecia realmente envelhecido e cansado. No dia 24 de agosto de 1954 Getúlio suicida-se o

momento atacou incessantemente Jânio por rádio e televisão, tentando assim entrar em confronto direto com o mesmo. Jânio deixou a direita enfurecida quando condecorou Ernesto Che Guevara com a maior distinção que o Brasil outorga a um estrangeiro que é a Grã-cruz do Cruzeiro do Sul. Porém, já não era mais só à direita que estava enfurecida com Jânio. Ele já não tinha mais base política de apoio além de que Carlos Lacerda não via a UDN no poder com Jânio na presidência, e então desencadeou uma severa campanha contra o governo.

Na noite do dia 24 de agosto Lacerda desencadeou um violento ataque na rádio contra Quadros dizendo que o mesmo estava tramando um golpe com Oscar Pedroso Horta¹⁵ no qual Lacerda tinha sido convidado a participar.

No dia 25 de agosto, sob grave erro de cálculo, Quadros pediu sua renúncia da presidência da República. Jânio deixa como renúncia apenas um bilhete, nem mesmo se deu ao trabalho de redigir um documento oficial. Ele renunciou da mesma forma como governava diversas vezes, através de bilhetinhos. Ao contrário do que o presidente imaginou não havia de ser feita nenhuma votação referente à renúncia, pois a mesma era um ato de vontade pessoal, e, portanto, juridicamente unilateral, livre de qualquer votação. Ao congresso, agora, cabia apenas tomar conhecimento e convocar o substituto. A interpretação mais comum entre os historiadores sobre o fato acontecido em 25 de agosto foi a de que Jânio Quadros teria a intenção de renunciar a fim de que o congresso e a maioria da população brasileira não aceitassem a sua renúncia, em função de um potencial repúdio à figura de política de João Goulart, e assim Jânio voltasse à presidência com poderes ditatoriais, o que não acontece. E é por este motivo que foi entendido que sua renúncia foi uma

impacto do ato de Getúlio foi enorme. O suicídio de Vargas marcou profundamente a vida política nacional.

¹⁵ Oscar Pedroso Horta nasceu na cidade de São Paulo no dia 7 de março de 1908, filho de Agostinho Horta e de Isolina Pedroso Horta. Após concluir em 1924 o curso preparatório no Colégio São Bento, em sua cidade natal, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo. Simpatizante da Aliança Liberal e Integrante do grupo de “tenentes” e civil. Apoiou Jânio Quadros na campanha para o governo de São Paulo nas eleições de outubro de 1954, às quais concorriam o próprio Ademar e Jânio Quadros. Após assumir o governo em 31 de janeiro de 1955, Jânio Quadros contratou Pedroso Horta para seu patrono em um processo contra o jornalista e empresário Francisco de Assis Chateaubriand. Pedroso Horta foi um dos principais articuladores da campanha de Jânio à presidência da República no pleito de outubro de 1960, e integrou o grupo responsável pela fundação, em 20 de abril de 1959, do Movimento Popular Pró-Jânio Quadros (MPJQ), destinado a lançar essa candidatura. Apoiado pela União Democrática Nacional (UDN) e por partidos menores, Jânio venceu as eleições presidenciais, e, ao iniciar seu governo em 31 de janeiro de 1961, nomeou Pedroso Horta ministro da Justiça e Negócios Interiores.

estratégia que não deu certo. Segundo Skidmore, Quadros superestimava sua popularidade, conforme relata no seguinte excerto:

É evidente que Quadros superestimava então sua popularidade como político e imaginava que o congresso e os militares não teria outra alternativa se não solicitar que continuasse como presidente, aceitando todo o seu programa. Isto que leva a crer que Quadros estivesse preparado para mobilizar a opinião pública: Ele não fizera de fato, nenhum esforço, desde sua eleição, para criar um novo movimento político que lhe pudesse oferecer um apoio político numa crise. Não se preocupava nem mesmo em utilizar o já existente movimento popular Jânio Quadros. (SKIDMORE, 1969, p.250)

Nada naquele agosto de 1961, aconteceu que não pudesse ter sido resolvido com negociações ou um diálogo.

O conteúdo da carta que Jânio deixou, sem destinatário, indicava que o presidente deixou a presidência sob pressão, ou seja, que a renúncia era Golpe de Estado. Se a renúncia de fato foi sob pressão de golpistas é complexo concluir, porém, como já abordado aqui, segundo Boris Fausto, o mesmo já não tinha mais base política de apoio, portanto, era insustentável que ele se mantivesse na presidência sendo tão independente em suas ações.

Na carta de renúncia, Jânio aludia às “Forças terríveis” o motivo da renúncia. De onde saíram essas pressões? Seria um erro de estratégia para obter maiores poderes? Ele superestimou sua popularidade? Ou subestimou a presença de João Goulart na Vice-Presidência?

A renúncia não chegou a ser esclarecida. O próprio Jânio negou-se a dar uma versão clara dos fatos, aludindo sempre às “forças terríveis” que o levaram ao ato. A hipótese explicativa mais provável combina os dados de uma personalidade instável com um cálculo político equivocado. Segundo essa hipótese, Jânio esperava obter com uma espécie de “tentativa de renúncia” maior soma de poderes para governar, livrando-se até certo ponto do Congresso e dos partidos. Ele se considerara imprescindível para o Brasil como presidente. Acaso os conservadores e os militares iriam querer entregar o país a João Goulart? (FAUSTO, 1995, p.442)

Além de um apelo dos governadores de São Paulo, Carvalho Pinto, e Minas Gerais, Magalhães Pinto, não houve outra ação significativa pelo retorno do presidente.

A constituição não deixava dúvida sobre quem assumiria o poder, mas o setor militar estava preocupado com a instauração do comunismo no Brasil caso João Goulart assumisse a presidência. Por acaso, nesta época, para piorar ainda mais a situação, ele estava na China comunista.

Ranieri Mazzilli assumiu provisoriamente, então a Presidência da República e os Ministros Militares de Jânio – general Odílio Denys da Guerra, brigadeiro Grum Moss, da Aeronáutica e o almirante Silvio Heck da Marinha, vetaram a volta de João Goulart ao Brasil, por razões de segurança nacional. Segundo o historiador Thomas Skidmore, a atitude dos ministros militares seria de renunciar os princípios das eleições livres e repudiar milhões de brasileiros que tinham colocado João Goulart no poder, conforme o mesmo demonstra no seguinte excerto:

Impedir a posse de Jango à presidência teria sido renunciar ao princípio das eleições livres, e repudiar milhões de eleitores brasileiros que tinham colocado Jango na posição que lhe dava constitucionalmente direito a assumir a presidência. (SKIDMORE, 1969, p.259)

2.5 Os dilemas da posse de João Goulart depois da renúncia

Luciano Aronne Abreu nos explana que João Goulart ficou sabendo da renúncia de Jânio por um jornalista da “Última Hora” que acompanhava a comitiva do Vice-Presidente a China comunista. Foi então proposto um brinde para comemorar o novo presidente do Brasil, porém João Goulart achou melhor brindar ao imprevisível. Tinha Razão. A partir da tomada do conhecimento da renúncia de Jânio, a disputa pelo poder começa. Os Ministros Militares de Jânio vetaram a volta de Jango ao Brasil, por razões de segurança nacional, e consequentemente a posse do mesmo a Presidência da República. A constituição deixava claro o procedimento a se seguir após uma renúncia, porém os Ministros Militares viam em João Goulart uma tendência ideológica que influenciava as agitações, conforme argumenta Jorge Ferreira:

Segundo os três ministros, tanto no Ministério do Trabalho quanto na Vice-Presidência, ele demonstrou “suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações. E não menos verdadeira foi a ampla

infiltração de ativos e conhecidos agentes do comunismo. Ainda ha pouco, como representante oficial em viagem à URSS e à China comunista, torna clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países”. Permitir que, por meio de Goulart, assumissem o poder “agentes da desordem e da desunião e da anarquia” seria incentivar o país a mergulhar no caos e na luta civil. O Brasil, assim, viveria “um período inquietador de agitações sobre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos (...), ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social. (FERREIRA, 2005, p.307)

Enquanto o setor militar se opôs a posse de João Goulart, os setores nacionalistas populistas defenderam o direito de o vice-presidente assumir o cargo. Mesmo com a defesa de um setor, o veto à posse de João Goulart desencadeou uma crise político militar que duraram 14 dias. Foram 14 dias que demonstraram que em épocas em que o processo político civil está abalado, a opinião dos militares é decisiva.

O vice-presidente estava muito longe de Brasília e ainda demoraria alguns dias para chegar. Enquanto isso, aqui no Brasil, se instaurou uma grave crise. Marechal Odílio Denys, Ministro da Guerra, havia em 1955, junto com o Marechal Lott, impedido um golpe de estado desenvolvido para impedir que Juscelino assumisse o poder, e agora passaria por cima da constituição e vetando a posse do sucessor legal de Jânio Quadros. Thomas Skidmore argumenta sobre a clareza da constituição em referência a este aspecto no seguinte excerto:

A constituição de 1946 não deixava duvida sobre o procedimento a seguir no caso de vagar a presidência. O artigo 79 declarava simplesmente que o vice-presidente substitui o presidente. Apesar desta clara disposição, o problema da posse de Goulart levantou imediatamente um violento debate, somente após uma crise de 10 dias incluindo a ameaça de uma guerra civil e de uma emenda constitucional, estabelecendo um governo parlamentarista instalou-se o vice-presidente no palácio presidencial. (SKIDMORE, 1969, p. 252)

“O governo do estado resistirá a qualquer tentativa de golpe”, dizia o governador Leonel Brizola. Nesta perspectiva, de tensão e disputa de poder, um amigo¹⁶ de João Goulart vai entrar em cena, fazendo o seu papel de protagonista na história destes 14 dias de crise do Brasil. Este alguém seria o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola que ainda no dia 25 de agosto já vai tomar as

primeiras medidas em nome da Legalidade. Segundo Diego Dal Bosco Almeida, há certamente uma alusão cívica, porém não se pode negar a influência da ideia de ter um companheiro de partido, cunhado e amigo em um dos cargos mais alto da Nação, conforme ele argumenta no seguinte excerto:

Há, claramente, uma forte alusão “cívica” de responsabilidade pelo cumprimento da constituição, mas há, concomitantemente, a ideia de que um companheiro de partido, além de cunhado e amigo, pudesse vir a ocupar o cargo político mais alto da nação. (ALMEIDA, 2007, p. 56)

O episódio da legalidade deve ser visto sob diferentes prismas de abordagens. Um deles, em específico, tratará da questão da imprensa, especificamente da questão da imprensa e da sua participação política na conjuntura de crise política desencadeada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros.

Entendendo que a Legalidade foi um movimento de caráter regional, mas que interferia numa questão nacional torna-se relevante pensar o papel da imprensa local e regional como ator político deste processo.

3 A crise político-militar em Santa Cruz do Sul

Com a Renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, teve início uma grave crise política que mobilizou diversos setores da sociedade civil e política. Entre os partidos, foram diversas as lideranças que se manifestaram em torno da crise. De um lado a outro a questão da renúncia foi gradativamente transformada de problema institucional para um problema político. O veto dos Ministros Militares tentava impedir que João Goulart, então vice-presidente, assumisse a presidência da República.

Em 26 de agosto de 1961, o jornal *Gazeta do Sul* trouxe uma publicação onde construiu alguns apontamentos acerca da renúncia de Jânio Quadros conjecturando, dentre outros aspectos, quais seriam os rumos do presidente depois de sua saída do cargo. Comparou o efeito da renúncia de Jânio Quadros com o suicídio de Getúlio Vargas, que fora presidente até 1954.

Para Flávio Tavares (2011, p. 14) as palavras de Jânio, escritas na sua carta de renúncia, recordavam as da carta-testamento de Getúlio Vargas, escrita na conjuntura de uma crise política que o levou ao suicídio em 1954: um "plágio da História" que buscava criar "emoções desencadeadas pela carta de Getúlio, copiando-lhe a mesma ideia mestra".

Em partes as palavras recordavam as da carta testamento de Getúlio Varga, escrita no bojo de uma crise política que o levou ao suicídio sete anos antes, em 1954. Ou, num plágio da História buscavam criar emoções desencadeadas pela carta de Getúlio, copiando-lhe a mesma ideia mestra. (TAVARES, 2011, p. 14)

A *Gazeta* traduziu a notícia da renúncia de Jânio como estupefação geral, pois segundo ela, Jânio governava apenas a 07 (sete) meses sem decepcionar. Havia apenas certo receio à política externa brasileira, a aproximação do Brasil com países da órbita de Moscou e a condecoração de Ernesto Chê Guevara com a mais alta distinção concedida pelo governo Brasileiro. Porém esse receio não daria margem para uma atitude tão "dramática" como a que foi tomada por Jânio Quadros.

Com um efeito semelhante ao constatado quando do suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, começou a ocorrer nas primeiras horas da tarde de ontem a notícia da renúncia do atual presidente da República, sr. Jânio da Silva Quadros.

Ao primeiro impacto a notícia causou estupefação geral, diante do inesperado gesto do mandatário consagrado de maneira tão expressiva pelas urnas de 1960 e que há 07 meses estava governando o país, pode-se afirmar mesmo, sem decepcionar e com o apoio da parte mais expressiva da opinião pública.

Notava-se, é verdade, em todo o país, certa reação à política exterior, de aproximação do Brasil com países de órbita de Moscou, sendo objetos de violentas críticas a simpatia do governo brasileiro relação ao regime do primeiro ministro cubano Fidel Castro, exteriorizada de maneira mais significativa na recente condecoração concedida em Brasília ao ministro cubano de finanças, Ernesto “che” Guevara. Mas, a desrespeito de tudo, não se podia prever que um desfecho dramático como este da renúncia ao governo pudesse representar as resposta de Jânio Quadros aos que se opunham a sua maneira de agir no campo internacional. (Gazeta do Sul, 26.08.1961).

Além disso, vale salientar que a conjuntura política global da chamada Guerra Fria servia como pretexto para agravar a situação da posse do então vice-presidente João Goulart que por uma coincidência curiosa encontrava-se em visita oficial à China. Tavares (2011, p. 06) aponta que:

Naqueles preconceituosos tempos da Guerra Fria, a China fora condenada ao isolamento pelos Estados Unidos – não fazia parte da ONU e tinha relações apenas com os países comunistas da Europa, mais a Inglaterra, cuja colônia de Hong Kong estava encravada em território chinês. Visitá-la significava entrar na “lista negra” internacional do horror alimentado pela CIA e pelo Pentágono. (TAVARES, 2011, p. 06)

João Goulart já era visto como um político que tinha tendências ideológicas que incentivavam agitações e assim daria abertura para a infiltração de agentes do comunismo, com a viagem do mesmo a China comunista “torna clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países” (FERREIRA, 2005, p.307). O Veto dos Ministros Militares à posse de João Goulart se refere a uma ação para prevenção de uma possível invasão comunista ou a agitação e tumultuação do país. Jorge Ferreira vai complementar e comprovar o pensamento no seguinte excerto:

Segundo os três ministros, tanto no Ministério do Trabalho quanto na Vice-Presidência, ele demonstrou “suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações. E não menos verdadeira foi a ampla infiltração de ativos e conhecidos agentes do comunismo. Ainda há pouco, como representante oficial em viagem à URSS e à China comunista, torna clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países”. Permitir que, por meio de Goulart, assumissem o poder “agentes da desordem e da desunião e da anarquia” seria incentivar o país a mergulhar no caos e na luta civil. O Brasil, assim, viveria “um período inquietador de agitações sobre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos

campos (...), ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social. (FERREIRA, 2005, p.307)

Segundo Diego Dal Bosco Almeida “Foi somente a partir da certeza de que haveria ao menos o apoio de parlamentares de seu partido, do secretariado e da Assembleia Legislativa que Brizola lançou o manifesto da Legalidade.”(ALMEIDA, 2007, p.62) então no Rio Grande do Sul, “O Movimento da Legalidade ainda não tinha este nome, mas estava definitivamente nas ruas” (TAVARES, 2011, p.13).

Portanto na terça-feira, dia 29 de agosto de 1961, Edmundo Hoppe, então prefeito de Santa Cruz do Sul da coligação PSD (Partido Social Democrático) PL (Partido Liberal) PDC (Partido Democrata Cristão), eleito no ano de 1959 por uma diferença de 772 votos, se pronuncia a partir do jornal *Gazeta do Sul*, a respeito da Crise que se instaurou no país.

O jornal *Gazeta do Sul* publicou uma manchete mostrando o telegrama enviado para o governador do estado Leonel Brizola no qual Edmundo Hoppe mostrou-se apreensivo com os rumos da crise político-militar que se instaurou no Brasil e declarando-os a favor da posse do Vice-Presidente João Goulart. Também acreditava que era dever do governador do estado do Rio Grande do Sul, esclarecer os motivos que afastaram o Presidente de seu posto. Caso o mesmo tivesse sido afastado por pressão ou coação de forças militares dever-se-ia declarar a nulidade de todos os atos praticados por Jânio Quadros e este assumir a Presidência novamente. Caso o contrário seja constatado, então estaria determinado a afirmar João Goulart à Presidência da República. Segue excerto da publicação do jornal *Gazeta do Sul* com o telegrama do prefeito de Santa Cruz do Sul:

O prefeito de Santa Cruz do Sul, interpretando o pensamento oficial da comuna, endereçou ontem o seguinte telegrama ao governador Leonel Brizola, aos órgãos da Cia. Jornalística Caldas Junior e à Rádio Farroupilha, de Porto Alegre:

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, apreensiva com os rumos que vem tomando acontecimentos, dentro da crise determinada pela surpreendente renúncia do Presidente Jânio Quadros, vem fazer o seu pronunciamento pela legalidade em prol da integridade da ordem constitucional bipts Como sucessor legal do presidente renunciante deverá assumir a presidência da República o Dr. João Goulart e como expressão legítima do poder civil da República é do seu dever esclarecer o povo brasileiro sobre as verdadeiras causas do afastamento do presidente tão expressivamente consagrado pelas urnas de 1960 pt Caso a se positive que a renúncia do presidente constitucional decorreu de pressão ou coação invencível dentro dos meios ao alcance do poder civil, deverá, em

acatamento ao pronunciamento inequívoco dos brasileiros no último pleito majoritário, pelos meios legais declarar a nulidade de todos os atos praticados desde a eclosão da presente crise e ensejar ao mandatário coato o imediato retorno ao exercício normal seu sagrado mandato, sob pena de fraude inominável à vontade da maioria da Nação brasileira e consequentemente descalabro das instituições democráticas da nossa pátria pt Se todavia, ao revés, ficasse constatado que a renúncia do Dr. Jânio Quadros foi ato de sua espontânea determinação e atitude livremente assumida, então estaremos aqui para afirmar ao Dr. João Goulart a nossa solidariedade de democratas e a nossa colaboração de brasileiros, prontos a prestigiar todas as suas iniciativas que visem ao progresso do país. (*Gazeta do Sul*, 29 de agosto de 1961)

Em nível nacional, o jornal *Gazeta do Sul* esclareceu a dúvida do prefeito de Santa Cruz do Sul sobre os motivos que afastaram Jânio Quadros da Presidência da República, afirmando, em uma publicação no dia 31 de agosto de 1961, que Jânio não havia sofrido pressões. Coronel Perachi Barcelos, líder da campanha Janista no estado, foi questionado sobre os reais motivos da renúncia de Jânio Quadros e o mesmo afirmou que pelas informações que obtivera o presidente não havia sofrido nenhuma coação e não recebeu nenhum golpe. A renúncia, então, teria sido realizada por vontade própria e os ministros da pasta militar haviam até mesmo apelado para que Jânio Quadros não efetivasse a renúncia pois estes ministros jamais, na história brasileira, haviam visto um chefe de estado que com tanto apoio. Como demonstra a publicação que o jornal *Gazeta do Sul* no dia 31 de agosto de 1961:

Retornou ontem de São Paulo, para onde se dirigia logo após a renúncia do sr. Jânio Quadros, o cel. Perachi Barcelos, que foi líder da campanha janista neste Estado. Falando à nossa reportagem, hoje, informou-nos S.S que tanto a capital bandeirante como o Rio estão vivendo um clima de calma. Interrogado sobre os reais motivos da renúncia do Sr. Jânio Quadros, declarou:

Pelas informações que obtive de elementos muito chegados a Jânio, posso adiantar que o presidente não sofreu coação de ninguém nem recebeu qualquer golpe, para a consumação de seu gesto. Fê-lo espontaneamente e, pelo contrário, houve até apelo em termos dramáticos, dos ministros das pastas militares, no sentido de que não efetivasse a renúncia, pois em época nenhuma da história contara o Brasil com um chefe de Estado que reunisse em torno de si tanto apoio, não só popular como das forças armadas. Mas nada disso moveu Jânio. (*Gazeta do Sul*, 31.08.1961)

Não só o prefeito se posicionou como também a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Sul. Publicado no dia 29 de agosto de 1961, uma

mensagem de Elemar Gruendling escrita dia 28 de agosto de 1961, a Câmara manifestou apoio a Legalidade Constitucional de forma unânime e lançou um protesto as tentativas de subversão da ordem constitucional e a implantação do regime de força, conforme demonstra no seguinte excerto:

Em reunião permanente desde sexta-feira última, acompanha apreensiva e perplexa o desenrolar dos acontecimentos surgidos com a renúncia de Sua Excia. o PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Pela unanimidade de seus membros manifesta suas convicções democráticas pela defesa da legalidade, e pela manutenção das prerrogativas constitucionais e livre exercício dos mandatos pelos governantes eleitos pela vontade soberana do povo brasileiro.

Lança veemente protesto contra as tentativas para subversão da ordem constitucional e consequente implantação do regime de força contrariando assim a vontade soberana do povo Brasileiro manifestada através das urnas livres.

Apela o povo santa-cruzensense no sentido de que se mantenha sereno e unido, confiando no patriotismo e convicções democráticas dos responsáveis pelos destinos da Nação. (*Gazeta do Sul*, 31 de agosto de 1961)

A câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul se posicionou a favor da Legalidade Constitucional, e os sindicatos também se pronunciaram e estiveram solidários às intenções de Leonel Brizola. Também no dia 31 de agosto o jornal *Gazeta do Sul* publicou o posicionamento dos sindicatos. Em um telegrama enviado ao governador do estado do Rio Grande do Sul, foi declarado solidariedade na posição que Brizola vinha tomando face aos acontecimentos que estavam se desenrolando no cenário de crise Brasileira. Segue a publicação no seguinte excerto:

O Comando Sindical de Santa Cruz enviou o seguinte telegrama:

"Eng.º Leonel Brizola - Governador do Estado - Palácio Piratini - PALEGRE.

O Comando Sindical de Santa Cruz do Sul integrado pelos Sindicatos da Alimentação da Construção e Mobiliário da Borracha, dos Metalúrgicos e do Vestuário reunido em sessão permanente deliberou hipotecar inteira solidariedade a Vossa Excelência na posição que tem tomado face aos acontecimentos que estão se desenrolando na Nação pt Manifestam o seu repúdio a qualquer tentativa de implantação de um regime institucional. (*Gazeta do Sul*, 31 de agosto de 1961)

Os sindicatos não só prestaram apoio como também, conforme publicação na gazeta no dia 31 de agosto de 1961, foram instalados auto-falantes na sede do sindicato da alimentação transmitindo a voz da Legalidade.

Se o posicionamento de Edmundo Hoppe foi de apoiar à volta de Jânio Quadros à presidência, caso a renúncia se procedeu de pressão ou golpe, a da Câmara de Vereadores e dos sindicatos foi de apoio à constituição e solidariedade a Leonel Brizola.

Neste ritmo, a *gazeta* publicou no dia 31 de agosto de 1961 o posicionamento da câmara de vereadores de Lajeado que decidiu em reunião de sessão extraordinária qual seria o posicionamento da cidade em relação à crise político-militar. A reunião contou com a presença do Prefeito, Bruno Born, e do Vice-Prefeito, Brenno Scherer, da cidade de Lajeado.

Depois de inúmeras explanações, foi decidida por unanimidade que seria defendida a constituição, ou seja, que seria prestada “irrestrita solidariedade” a Leonel Brizola na defesa da constituição.

Essa decisão da Câmara de vereadores, conforme consta na publicação do jornal *Gazeta do Sul*, foram comunicadas as Assembleias legislativas de todos os estados da União, a Câmara Federal, ao comandante do III Exército, e ao governador do estado do Rio Grande do Sul. Segue a publicação do jornal *Gazeta do Sul*:

Na noite de domingo esteve reunido em sessão extraordinária, o Poder Legislativo Lajeadense, com a presença dos srs. Bruno Born, Prefeito Municipal e Benno Scherer, Vice-Prefeito, para tratarem da situação política brasileira, face a renúncia do Presidente Jânio Quadros.

Depois de amplas explanações feitas pelo sr. Prefeito Municipal sobre os últimos acontecimentos na Capital do Estado, a Câmara de Lajeado, por unanimidade de seus membros, resolveu hipotecar irrestrita solidariedade ao sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul, pela sua atitude desassombrada em defesa da Constituição.

Esta resolução da Câmara de Lajeado foi comunidade às Assembleias Legislativas de todos os estados da união, a Câmara Federal, ao Comandante do III Exército e ao próprio sr. Governador do Estado.

Manifestaram-se, na oportunidade da reunião em favor da legalidade, os vereadores Irio Scherer e Darci Corbellini, pelo PTB, Ney Arruda pela bancada do PSD com a concordância do representante do PL e Dalmo Scherer pelo PDC. (*Gazeta do Sul*, 31.08.1961)

A resistência à democracia e a legalidade atingiram níveis surpreendentes. Em Porto Alegre, no pavilhão de exposições Mata-borrão, foi instalado um comitê Central do Movimento de Resistência Democrática, órgão com o fim de unificar outros comitês. As refeições eram doadas por bares, armazéns ou restaurantes. Havia pessoas que voluntariamente entregavam seus caminhões, automóveis ou motocicletas para formar a “frota da legalidade”. Os postos de gasolina doavam “vales” ao comitê, para que assim a frota fosse abastecida gratuitamente. Jorge Ferreira disponibiliza em sua obra a informação de que até a meia-noite de 30 de agosto de 1961, já haviam 45mil voluntários apresentados. Flávio Tavares vai complementar relatando que até o final de 12 dias de resistência haviam 50 mil inscritos, dos quais 12 mil eram mulheres, algo inusitado, pois a mulher recém-começava a participar da política. Ainda, para realizar o fechamento deste pensamento da mobilização do “povo gaúcho”, Joaquim José felizardo diz:

A mobilização do povo gaúcho atingia um nível surpreendente. Em Porto Alegre e em todas as cidades, grandes e pequenas, já se formavam comitês de resistências e voluntariado. O espírito cívico do povo gaúcho impregnava todos os espaços e ia atingindo e envolvendo a tudo e a todos. (FELIZARDO, 1988 p.48)

O jornal *Gazeta do Sul* não faltou com esse aspecto, e no dia 02 de agosto de 1961, publicou que o comitê de resistência democrática foi fundado na cidade de Santa Cruz do Sul. Reuniram-se na data de 31 de agosto de 1961 os membros do Legislativo santa-cruzense e dezenas de outras pessoas da cidade. O motivo da reunião seria a situação política do Rio Grande do Sul, e revelou que ainda se mantinha em defesa da Constituição Federal e da ordem legal. Explicou que o movimento não tinha nenhuma intenção ou interesses partidários. O Comitê local deveria receber inscrições de voluntários e Legionários, prontos para a defesa da Constituição. Até mesmo um estudante, Presidente da UESCÍ, leu um manifesto da União de Estudantes, em favor da preservação da Constituição Federal.

E a gazeta então publicou, no dia 02 de agosto de 1961, que o movimento em prol da legalidade tomou conta do país inteiro. Assumindo que o veto teria sido um golpe, o jornal *Gazeta do Sul* afirma que “não há mais dúvidas que o golpe desta vez falhou”. A bandeira da Legalidade, que nasceu no Rio Grande do Sul, naquela data,

segundo o jornal *Gazeta do Sul*, tomava conta do país inteiro. O jornal afirma que o “povo gaúcho” está “maduro politicamente” e o “país não tinha mais clima para golpes”, conforme demonstra excerto:

Não há mais dúvida que o golpe desta vez falhou - talvez seja a última vez que se tenha tentando contra a Constituição do país. Consoante se nota, o movimento legalista, cujo a bandeira foi desfraldada pelo Rio Grande do Sul, hoje entendesse por todo o país, numa intensidade assombrosa. O povo brasileiro está maduro politicamente e não há mais clima para golpes. (*Gazeta do Sul*, 2 de setembro de 1961)

João Goulart voltaria para assumir ou morrer, conforme o que declarou em telefonema para o deputado San Thiago Dantas¹⁷, porém não imaginou que não precisaria matar nem morrer para assumir o cargo que lhe diz respeito. A solução para superar a crise que havia se instaurado no Brasil foi finalmente discutida com João Goulart quando o mesmo finalmente chegou a Montevideú. Recusou-se a conversar sobre a sugestão de renunciar em nome da paz, porém, o mesmo aceitou ir adiante quando Afonso Arinos comentou-lhe sobre uma emenda parlamentar. A emenda parlamentar já havia sido proposta por Raul Pilla¹⁸. Este era um político bem respeitado no parlamento e a emenda parlamentar sempre foi uma de suas propostas, porém era sempre negada.

17

San Thiago Dantas assumiu a vice-presidência da comissão executiva nacional do PTB no dia 1º de maio de 1960, em plena campanha para as eleições presidenciais de outubro seguinte, vencidas por Jânio Quadros. Em 22 de agosto de 1961, San Thiago Dantas foi nomeado por Jânio Quadros para substituir Ciro de Freitas Vale, recém-aposentado, como embaixador do Brasil na ONU. Entretanto, não chegou a assumir oficialmente esse cargo em virtude da renúncia do presidente Quadros, ocorrida três dias depois.

Francisco Clementino de San Thiago Dantas nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 30 de agosto de 1911, filho do almirante Raul de San Thiago Dantas e de Violeta de Melo de San Thiago Dantas. Foi Vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e foi o autor do projeto que resultou na Lei nº. 3.752, promulgada em 14 de março, criando o estado da Guanabara no lugar do antigo Distrito Federal, então transferido para Brasília.

18 Raul Pilla nasceu em Porto Alegre no dia 20 de janeiro de 1892, filho de José Pilla e de Jovina Zenani Pilla. Estudou no Instituto Júlio de Castilhos, em sua cidade natal, e, revelando ainda muito jovem sua vocação política, aos 17 anos assumiu o cargo de secretário do diretório central do Partido Federalista. Em abril de 1956, Raul Pilla foi escolhido vice-líder do bloco parlamentar oposicionista na Câmara dos Deputados. Reeito deputado federal em 1958, desempenhou essa função durante todo o período presidencial de Kubitschek (1956-1961). Chegado o momento da escolha do novo presidente da República, o PL voltou a aliar-se à UDN, apoiando a candidatura de Jânio Quadros contra o general Henrique Teixeira Lott, do PTB-PSD, e Ademar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP). Raul Pilla lutou pela aprovação da emenda parlamentarista no congresso sendo este aprovado sob pressão na posse do presidente João Goulart.

Em escala estadual, o deputado Fernando Ferrari¹⁹, chama a atenção por ter votado contra a emenda constitucional, sendo ele um “parlamentarista ferrenho”. Esta atitude, que impressionou a todos foi noticiada no jornal *Gazeta do Sul* no dia 5 de setembro de 1961. O jornal *Gazeta do Sul* salienta que a posição de Fernando Ferrari era de João Goulart tomar posse antes de qualquer decisão da Câmara, conforme demonstra fragmento:

FERRARI não votou a favor da emenda parlamentarista, apesar de ter sido noticiado o contrário. Sua atitude, inclusive, chamou a atenção de todos, em Brasília, pois o deputado mais votado é, sabidamente, um parlamentarista ferrenho. Mas manteve sua posição já definida de não votar a emenda sob coação militar, tendo sido um dos que mais trabalhou para sua não aprovação, insistindo sempre que Jango devia tomar posse antes de qualquer decisão da Câmara. (*Gazeta do Sul*, 5 de setembro de 1961)

Fernando Ferrari, líder do Movimento Trabalhista Renovador, foi um dos deputados mais votados do Brasil e o jornal *Gazeta do Sul* vai anunciar, no dia da posse de João Goulart, os motivos que levaram o então deputado a votar de forma contrária a emenda parlamentar. Entre os seus argumentos, disse que não poderia concordar com uma reforma feita sob pressão e apenas a faria em outra oportunidade quando cessasse as pressões. Eis o pensamento de Fernando Ferrari no seguinte fragmento:

“Figuro entre os poucos parlamentares que votaram contra a recomendação na Comissão Mista do Congresso em prol do Parlamentarismo”. Conclui, como se recorda a Câmara, o meu pronunciamento na noite de 30 de agosto último reafirmando a minha profissão de fé de parlamentarista. Neste

Fernando Ferrari nasceu em São Pedro do Sul (RS) no dia 14 de junho de 1921, filho do agricultor Tito Lívio Ferrari e de Maria Margarida Ferrari. Com o processo de enfraquecimento do Estado Novo em 1945, Ferrari ajudou a fundar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao qual se filiou. Em janeiro de 1947, elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, onde atuou como relator da Comissão de Ordem Econômica e Social, sendo assessorado por Alberto Pasqualini, já reconhecido como um dos mais importantes teóricos trabalhistas, de quem mais tarde se declararia discípulo. Eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul em outubro de 1950 para a legislatura de 1951 a 1955, foi reeleito em 1954 com mandato de 1955 a 1959 e escolhido vice-líder do PTB na Câmara. Estava descontente com a maneira como vinham sendo tomadas as decisões dentro do PTB e travou uma luta contra a liderança de Goulart no partido. Em outubro de 1957, foi reeleito deputado federal à legislatura 1959-1963, recebendo o maior número de votos conseguido por um candidato em todo o país. Ferrari foi expulso dos quadros partidários petebistas após um último apelo à presidência nacional do PTB para que esta convocasse eleições que escolhessem uma nova direção.

campo, dizia eu, venho perseguindo o ideal que é o da minha geração: o advento de um regime responsável que desfaça a unipessoal prepotência do presidencialismo. A despeito disso, entretanto, eu não poderia concordar com a reforma constitucional sob coação, debaixo de pressões. Conclui, então, que não poderia votar a alteração do sistema de governo que nos rege. Eu, sim votaria normalmente em outra oportunidade, quando cessasse a pressão, pois não poderia permitir que o implantasse já com um “pecado original”. Louvo a pregação apostolar do meu eminente amigo deputado Raul Pilla. Não afasto nenhuma das razões que o inspiram. De outra parte, reafirmo minha crença no sistema de gabinete que, no dizer de Joaquim Nabuco, “é o educador de povos”. Não posso, entretanto, votá-lo agora. Não me permite a ética parlamentar; nem os princípios que informam a minha educação política; nem a minha coerência democrática. Isto porque – quando em 1952, eu emitia longo voto na Constitucional número 4, favorável ao parlamentarismo, afirmava que somente poderia aceitá-la como subemenda que resguardasse o mandato pleno do presidente Getúlio Vargas, eleito como poderes presidencialistas. (Gazeta do Sul, 07 de setembro de 1961)

“Na data sugestiva da independência do Brasil, Hoje a posse de João Goulart, Primeiro Presidente da República Parlamentarista”. Sob este título, o jornal *Gazeta do Sul* publicou uma reportagem anunciando a posse do primeiro presidente parlamentarista do Brasil e declara que naquele dia 7 de setembro de 1961, seria um dos dias mais significativos para a História do Brasil, quando o País, emergindo de uma crise gravíssima, se encaminharia para novos rumos na vida administrativa.

Quanto a Brizola, o mesmo também não havia conseguido o que queria, com João Goulart assumindo a Presidência de forma parlamentarista, pois esta forma de governo poderia os poderes do presidente da República e segundo o autor Diego Dal Bosco Almeida (ALMEIDA, 2007 p.50), Brizola via em João Goulart uma forma de implementar suas políticas, como por exemplo às reformas de base que somente um petebista seria capaz, por representar mais efetivamente Vargas, conforme o autor relata:

Desde o início Brizola acreditava que o programa das reformas somente teria êxito completo se um petebista fosse eleito para a presidência da República. Esse fator é explicado pela sua própria influência política. Desde 1945, Brizola não acreditava que o PSD representava efetivamente a obra social de Vargas em relação a classe trabalhadora. No mesmo sentido, insistia que o PSD não aceitaria reformular a constituição para que fosse possível implementar o programa reformista do governo. (ALMEIDA, 2007 p.50)

Brizola frisou que iria empenhar-se para mobilizar as massas para que essas pedissem a volta ao antigo regime o mais breve o possível, o que demonstra o perfil contestador de Brizola, que incomodava a muitos.

Leonel Brizola, a quem havia movimentado parte considerável da população a fim de fazer João Goulart tomar posse da Presidência da República, sentiu que a Legalidade havia sido traída! No dia 05 de setembro de 1961, após a aprovação da emenda parlamentarista pelo congresso, o jornal *Gazeta do Sul* publicou uma entrevista concedida pelo governador a imprensa local, nacional e estrangeira. Designando a reforma como espúria, Brizola diz que não pode aceitar uma reforma “a toque de caixa”, ou seja, votada em menos de 24 horas e na “calada da noite”. Acrescenta que o golpe pode estar revestido de legalidade, pois para o mesmo foi estranho o congresso decidir desta forma uma questão desta magnitude. Brizola, ainda afirma que faria o possível para sustar a emenda parlamentarista, o que se confirma com o seu engajamento pela campanha do plebiscito. Segue fragmento com o Manifesto de Brizola:

Vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance para denunciar à opinião pública, esta verdadeira humilhação que o Congresso vem de impor ao povo do Brasil. Esta reforma espúria alterou as atribuições específicas do presidente constitucional, eleito pelo voto direto do povo. E é tão espúrio, que nem ao menos, como se costuma fazer em toda a parte, condicionou a mudança de regime ao referendo popular”. Assim se expressou o governador Leonel Brizola, em entrevista coletiva, concedida à imprensa local, nacional e internacional, ao abordar os termos em que foi aprovada a emenda parlamentarista. Fixando a reforma constitucional, votada como foi, dentro de um clima de anormalidade da vida na Nação, quando os ministros militares tentavam a todo o custo, impor a sua vontade acima da população decisão popular como uma verdadeira traição à legalidade. LB afirmou: Não posso aceitar que se decida sobre uma reforma de regime a toque de caixa”, em menos de 24 horas, na calada da noite. Por tudo isso, considero a reforma inoportuna e amoral, embora os juristas afirmam que, do ponto de vista formal é legal”.

Golpe Também do Congresso “O Golpe é um processo que também existe nas Câmaras Legislativas, embora como neste caso, se revista de legalidade – acrescentou, exclamando com decisão: “É estranho e incompreensível que o Congresso tenha decidido dessa forma uma questão de tão grande magnitude. Para mim o Congresso sai desse episódio profundamente desprestigiado.

Congresso Longe do Povo Acusando sempre o Congresso. LB disse que o Parlamento demonstrou encontrar-se distante das aspirações do povo brasileiro. “É por uma questão moral, constitucional e só tratar de reformas após o momento em que o sucessor do presidente renunciante estivesse exercendo”. Vai lutar até na justiça Brizola afirmou ainda, que usará de todos os meios legítimos e ao seu alcance para sustar a emenda parlamentar: “Se puder vou até os tribunais”. O governador afirmou, ainda,

que o sr. João Goulart não teve qualquer ingerência na aprovação da emenda, frisando que sua aceitação dependeu do Congresso. Referiu também, que não ofereceu espontaneamente sua colaboração a Jango, no exame do assunto, por se considerar com uma posição mais radical, coerente com a linha traçada há muito. Acrescentou que várias vezes dirigiu-se ao Parlamento, pedindo a rejeição da emenda: As maiorias, porém, foram surdas aos nossos apelos. Após “aprovada a emenda, porém, criou-se uma situação nova para nós examinar para nós, que defendemos a legalidade. (*Gazeta do Sul*, 05 de setembro de 1961)

Não foi só Brizola que se mostrou a favor do Plebiscito pela volta do presidencialismo. A câmara de Lajeado também se pronunciou a favor do plebiscito e o jornal *Gazeta do Sul* publicou sua decisão em 05 de outubro de 1961. Segue a publicação do jornal *Gazeta do Sul*:

Tendo em vista uma correspondência da Câmara de Santa Maria, o vereador Osvaldo Feier, na última sessão da Câmara de Lajeado, se manifestou favorável ao plebiscito imediato para consultar o povo sobre a conveniência ou não do regime parlamentarista, solicitando que a Casa se pronunciasse a respeito junto ao Congresso Nacional. O vereador Ney Arruda, situando a posição de sua bancada, disse que em princípios, pessoalmente, era favorável ao sistema parlamentarista, condenando-o, porém, a maneira como foi implantado o novo regime, a toque de caixa. Salientou o orador que votaria a favor da proposição do vereador Osvaldo Feier, muito embora entendesse que o povo não estava capacitado a dar um julgamento imediato do novo regime, servindo a plebiscito para que a nação se manifestasse, apresentado o seu repúdio se assim o entender pela maneira da introdução parlamentarista no Brasil. A proposição do vereador Osvaldo do Feier foi aprovada por unanimidade. (*Gazeta do Sul*, 05 de outubro de 1961)

Já em Santa Cruz do Sul, visto o fim da Campanha em prol da Legalidade Constitucional, a *Gazeta* vai publicar uma nota onde o Comitê Feminino Santa-cruzense pró-legalidade vai fazer seus agradecimentos nesses 14 dias de crise político-militar. Esta publicação foi realizada no dia 07 de setembro de 1961. O Comitê, então, vai a público agradecer “todas as senhoras e moças que, numa demonstração de amor pátrio, prestaram seu auxílio à causa da legalidade”.

Essa publicação demonstra a mobilização de parte considerável da população do Rio Grande do Sul em solidariedade a Brizola. Segue excerto de agradecimento do comitê feminino:

Recebemos:

"O COMITE FEMININO SANTA-CRUZENSE PRÓ LEGALIDADE, ao ver encerrada esta página histórica que foi a arrancada cívica mais vibrante

destes últimos tempos e, ao dar por determinadas sus atividades, vem, de público, agradecer a cooperação de todas as senhoras e moças que, numa demonstração de amor pátrio, prestaram seu auxílio à causa da legalidade. As que se inscreveram como enfermeiras, assistentes sociais, cozinheiras, costureiras, etc., num gesto de coragem, patriotismo e amor ao próximo, nossa profunda admiração e a homenagem agradecida da Diretoria do Comitê Feminino: do Ilmo. Sr. Dr. Arno Schmidt, fundador e animador do Comitê, nosso reconhecimento. Ao nosso Governador a certeza de que as mulheres brasileiras se, em outros tempos não desmentiram o valor e a nobreza do povo brasileiro, neste momento histórico, deram mais uma vez demonstração de seu amor ao Brasil, compartilhando com ardor, entusiasmo e devotamento na causa que oram vimos encerrar-se, culminando com o acesso ao poder o Exmo. Sr. JOÃO GOULART. Pelo Comitê - GLÓRIA DULCE BUGLIONE (*Gazeta do Sul*, 07 de setembro de 1961)

Podemos concluir então que as lideranças santa-cruzenses se posicionaram a favor da posse de João Goulart, os sindicatos, o prefeito e a Câmara de Vereadores. Igualmente aconteceu em Lajeado, que se pronunciou a favor da posse legal de João Goulart. Porém as lideranças da cidade de Santa Cruz do Sul divergem quanto à solidariedade a Campanha da Legalidade de Leonel Brizola. Enquanto os sindicatos anunciam solidariedade ao governador em publicação feito ao jornal *Gazeta do Sul* no dia 31 de agosto de 1961, colocando até mesmo alto-falantes em uma das sedes dos sindicatos para transmitir a voz da legalidade, a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Sul, em anúncio ao jornal *Gazeta do Sul* no dia 29 de agosto de 1961, e o prefeito de Santa Cruz do Sul, Edmundo Hoppe da coligação PSD (Partido Social Democrático) PL (Partido Libertador), PDC (Partido Democrata Cristão), em publicação também no dia 29 de agosto de 1961, apoiaram a posse de João Goulart sem demonstrar apoio a Campanha movida pelo Governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

4 O jornal *Gazeta do Sul* como ator político

Este capítulo tem por objetivo analisar o jornal como ator político. Nada mais atuante politicamente em um jornal, do que os editoriais. É neles que vamos encontrar a opinião do jornal, sua posição política e sua influência sobre os leitores. É o que faremos neste capítulo, com 05 editoriais durante os dias de crise político-militar, o jornal *Gazeta do Sul* vai atuar politicamente e influenciar os leitores a partir das emoções e reverberações dos editoriais.

4.1 A Renúncia de Jânio Quadros

No dia 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renúncia a Presidência da República. Em sua Carta, aludia a “forças terríveis” o motivo da Renúncia. O jornal *Gazeta do Sul*, após o início da crise político-militar que se decorreu da renúncia de Jânio, começou a publicar editoriais com suas posições políticas acerca dos acontecimentos daquele momento.

O primeiro editorial foi publicado no dia 29 de agosto de 1961 e vem sob titulação de “horas perigosas”. Nele foi mencionado que o povo brasileiro vinha acompanhando com apreensões o desenrolar dos acontecimentos que agitam a vida política da Nação. O alto Magistrado renúncia e a renúncia, segundo este editorial, traz um “impacto emocional” em todos os setores gerando “insegurança” e “incerteza” nos destinos das instituições democráticas.

O povo brasileiro vem acompanhando com apreensões generalizadas o desenrolar dos acontecimentos que agitam a vida política da Nação e que determinaram a renúncia do seu mais alto Magistrado. Os episódios relacionados com a atitude extremada do Presidente da República, como era natural, tiveram profunda repercussão na opinião pública nacional. A gravidade de uma decisão desta natureza causou um verdadeiro impacto emocional em todos os setores da população, gerando um sentimento de insegurança e de incertezas nos destinos das instituições democráticas. (*Gazeta do Sul*, 29 de agosto de 1961)

O editorial do dia 29 de agosto, ainda profere que a renúncia foi “drástica” e “lamentável”, pois se refere a um presidente eleito por consagrada maioria. Jânio foi exposto pelo editorial, como presidente que visava recolocar o País nas metas,

como um presidente promissor para o país que tinha muitos propósitos para o mesmo, porém decidiu voltar a vida privada decepcionado com as resistências que teria de enfrentar. Neste momento, o jornal *Gazeta do Sul*, alude à renúncia de Jânio Quadros a pressões que sofria dentro da presidência.

Esta decisão drástica é tanto mais lamentável quando se trata da pessoa de um presidente eleito por consagrada maioria da vontade soberana do povo brasileiro, numa expressiva demonstração de civismo e de esperanças nos grandes destinos do Brasil, Governo de transformações radicais no sistema econômico e financeiro da Nação, escudado num programa de ação que visava recolocar o País nas metas de um desenvolvimento objetivo e consentâneo com as necessidades e potencialidades nacionais, governo com tão elevados propósitos – dizíamos – praticamente muito pouco pode realizar num curto período de sete meses de administração. A maior parte deste lapso de tempo foi reservada às tarefas de reexecução das reformas projetadas em quase todos os ramos da atividade nacional. E foi nesta fase inicial de seu governo que o Presidente da República, premido por circunstâncias adversas, como a surpreendente iniciativa de abandonar o seu cargo, para retornar à sua vida privada, decepcionado pelas resistências que encontrou para realizar aquilo a que se propôs. (*Gazeta do Sul*, 29 de agosto de 1961)

4.2 Entre a Renúncia e a posse

Os editoriais entre renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart se iniciam no dia 31 de agosto de 1961 quando o jornal *Gazeta do Sul* publicou um editorial sob título de “Unidade Gaúcha em prol da legalidade”. Ele relatou que a opinião pública contínua abalada com os últimos acontecimentos. O jornal *Gazeta do Sul* creditava a causa da renúncia de Jânio a algum fator ou acontecimento de alta gravidade, motivado por pressões ou por algum outro fator ainda não esclarecido.

As verdadeiras causas desse gesto extremo do presidente ainda não estão esclarecidas. A opinião pública exige, que seja lançado um raio de luz sobre o que levou o presidente a abandonar o posto, porque é claro que ele assim não agiu levado por capricho ou temperamento. Algo de muito grave ocorreu nos bastidores ainda mais, levando-se em conta os fatos graves que se sucederam. (*Gazeta do Sul*, 31 de agosto de 1961)

Ainda neste editorial mostrou que o Rio Grande do Sul tem opinião contrária ao dos Ministros Militares que viram na posse do vice-presidente “absoluta

inconveniência”. Disse que todos os “Gaúchos” entendiam que se devia cumprir a Constituição, seja ele quem for.

Quando, tendo renunciado o presidente, o caminho normal parecia ser a posse do vice-presidente eis que se surgiram opiniões contrárias a que tal sucedesse. A atitude dos chefes militares, fazendo sentir ao presidente provisório e ao Congresso Nacional a “absoluta inconveniência” de o vice-presidente Goulart assumir o poder.

De opinião contrária, porém, é o Rio Grande do Sul em peso, pois todos os gaúchos entendem que se deva cumprir a Constituição, que assuma o vice, seja ele quem for. (*Gazeta do Sul*, 31 de agosto de 1961)

Como já abordado, a Campanha da Legalidade foi um movimento liderado por Leonel Brizola, então Governador do Rio Grande do Sul que “a partir da certeza de que haveria ao menos o apoio de parlamentares de seu partido, do secretariado e da Assembleia Legislativa que Brizola lançou o manifesto da Legalidade”. (ALMEIDA, 2007, p. 62), porém neste editorial não vemos nenhuma menção sequer a Brizola e ao movimento liderado pelo mesmo.

Outro editorial entre a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart foi publicado no dia 02 de setembro de 1961. Nele o país vive uma angustiante expectativa face ao desenrolar dos acontecimentos. A crise político-militar colocou a prova os sentimentos de civismo do povo brasileiro e a solução ordeira vão depender da estabilidade do regime constitucional. As falhas do sistema, que segundo o editorial, existem muitas, só poderiam ser corrigidas com o respeito à ordem e à legalidade.

Já faz uma semana a Nação Brasileira vive uma angustiante expectativa em face do desenrolar da grave crise político-militar que ameaça abalar nossas instituições. O episódio da renúncia inopinada do presidente da República infelizmente veio colocar o País diante de um perigoso dilema, que poderá redundar fraticida de consequências imprevisíveis para os destinos da nacionalidade. Os sentimentos de civismo do povo brasileiro foram postos à prova nesta desconcertante emergência porque passa a Nação e de cuja solução pacífica e ordeira vai depender a estabilidade do regime constitucional em que vivemos. Muitas situações difíceis e delicadas foram corajosamente enfrentadas pelo povo brasileiro, desde que o Brasil reconquiste as prerrogativas do sistema democrático, consagradas na Carta Magna. Certamente muitas são as falhas do regime republicano entre nós, mas estas imperfeições só poderão corrigidas e superadas dentro do respeito à ordem e à legalidade que devem ser intransigentemente defendidas pelas nossas autoridades constituídas, pelas Forças Armadas e por todos os cidadãos. (*Gazeta do Sul*, 02 de setembro de 1961)

A publicação alega que o povo brasileiro já alcançou maturidade política para discernir entre os caminhos da servidão, da prepotência e do arbítrio, e os rumos da liberdade, do direito e da justiça.

O Brasil já alcançou suficiente maturidade política para discernir entre os caminhos da servidão, da prepotência e do arbítrio, e os rumos da liberdade, do direito e da justiça, sem os quais uma Nação não pode figurar no concerto dos povos civilizados. (*Gazeta do Sul*, 02 de setembro de 1961)

Para o jornal *Gazeta do Sul*, é correto afirmar que, segundo o editorial, situações como essa de crise são comuns em decorrência da situação financeira do país. Porém, como o editorial afirma a solução não se daria por “manobras ambiciosas” de alguns “criminosos” e essas manobras devem ser repelidas pelo povo brasileiro.

É natural que o nosso País, como uma decorrência negativa de suas próprias condições econômicas, tenha de se defrontar, como acontece neste momento conturbado, com crises institucionais de profunda repercussão sobre todos os setores da vida nacional. Porém estes conflitos nunca poderão ter a sua solução correta através de manobras criminosas de alguns ambiciosos contra os direitos assegurados pela Constituição e que constituem o alicerce fundamental da ordem jurídica e legal. Procedimentos dessa natureza devem ser prontamente repelidos pela consciência democrática do povo brasileiro, que já superou a obscura e deprimente dos regimes tutelados, com seus tristes efeitos de abastadamente, de ignomínia e de vilanias. (*Gazeta do Sul*, 02 de setembro de 1961)

4.3 Fim da Crise

Com o final da crise e a posse do Presidente da República João Goulart, o jornal *Gazeta do Sul* publicou um editorial que vai se pronunciar sobre “os prejuízos que nos advirão dessa agitação”, o lado bom dessa agitação e a emenda parlamentarista.

Segundo o editorial, “serão necessários muitos sacrifícios ou esforço para superar as barreiras levantadas pelo acirramento involuntário ou deliberadas dos ânimos”, pois para o editorial, o acirramento ou deliberação dos ânimos gerou até

mesmos danos materiais por causa da paralisação das atividades do comércio, indústria e bancos.

Não se pode ainda avaliar a quanto montarão os prejuízos que nos advirão dessa agitação que sacudiu a Pátria de ponta; mas, é fácil de prever que serão necessários muitos sacrifícios e esforços para superar as barreiras levantadas pelo acirramento involuntário ou deliberado dos ânimos, provocado de parte a parte no auge da crise, para não falarmos nos danos materiais, tanto no que representou a paralisação das atividades do comércio, indústria e bancos, como no desvio que todos sofreram no ritmo normal de trabalho, resultante da tensão nervosa que caracteriza tais períodos de anormalidade. (*Gazeta do Sul*, 07 de setembro de 1961)

A parte boa do movimento, segundo o editorial, foi que a pregação em favor da legalidade constitucional educou democraticamente o povo brasileiro, fazendo o povo conhecer mais a Carta Magna e aprender a distinguir os verdadeiros legalistas dos que só o são quando lhes convém.

Algo útil e proveitoso para a educação democrática do povo deve ter resultado da ardente pregação em favor da legalidade e da Constituição. Pelo debate público de artigos da constituição, o povo se inteirou melhor do repositório de direitos que representa a Carta Magna, como também aprendeu a distinguir os verdadeiros legalistas aqueles que só o são quando lhes convém. (*Gazeta do Sul*, 07 de setembro de 1961)

Sobre a emenda parlamentarista, o editorial declarou que a emenda traçou novos rumos para o país e que com o parlamentarismo o país poderá acabar com os defeitos congênitos do presidencialismo, a corrupção e o personalismo.

O Congresso, adotando o regime parlamentarista no Brasil, também traçou novos rumos ao país e, se tudo se encaminhar como o esperam os bons brasileiros, o nosso país poderá começar a trilhar uma senda democrática bem mais retilínea, com o desaparecimento dos defeitos congênitos do presidencialismo decadente, a corrupção e o personalismo. (*Gazeta do Sul*, 07 de setembro de 1961)

4.4 As adversidades da posse de João Goulart

O jornal a *Gazeta do Sul*, dois dias após a posse de João Goulart, tratou de publicar um editorial falando sobre a questão da reforma agrária, sabendo que os

interesses do então presidente se alinhavam com a questão das reformas de base. As reformas de base foram o estopim para o golpe civil militar de 1964.

A publicação do dia 09 de setembro de 1961, fala que o grande problema da miséria nacional era o latifúndio, porém, segundo o editorial, o latifúndio era precisamente do governo e este transfere a “culpa” para a propriedade privada.

O latifúndio, a grande propriedade agrícola, geralmente é apontada como a maior causa da miséria nacional. E se preconiza a reforma agrária como a terapêutica indicada para o caso. Parece não ser outro o próprio pensamento oficial, em relação ao momentoso assunto. Enquanto já se acumulam as multidões contra as grandes propriedades privadas, vai passando despercebido o fato do grande latifundiário, no nosso país, ser precisamente governo. (*Gazeta do Sul*, 09 de setembro de 1961)

No editorial, se dá o exemplo de uma propriedade da Fazenda Nacional de Saicã, situada na região da campanha do Rio Grande do Sul, que provaria o fato das grandes propriedades estarem sob domínio do governo e não da propriedade privada.

No nosso estado mesmo, o latifúndio (no sentido de grande área de terra desaproveitada para fins econômicos e sociais) é mais encontrada nos domínios governamentais do que âmbito das propriedades privadas. Veja-se por exemplo, o caso da Fazenda Nacional de Saicã situada na região rio-grandense, num meio onde já prevalecem, de há muito, as propriedades médias e pequenas, sendo escassa minoria os grandes proprietários de terra, aquela fazenda, pertencente ao governo federal é talvez o mais típico exemplo do que deve entender por latifúndio. Incoerências semelhantes, entretanto, são comuns no nosso país, onde o governo chega a deixar de cumprir determinações constitucionais, não tendo constrangimento de transferi-las, por vezes para a órbita privada. (*Gazeta do Sul*, 09 de setembro de 1961)

Compara-se o ensino primário gratuito a esta questão do grande latifúndio, onde todas as crianças teriam direito a ensino primário gratuito e como o governo não cumpre a obrigação de disponibilizar a todas as crianças o ensino primário gratuito ela transfere esta obrigação a órbita privada.

É o que está acontecendo até certo ponto, em relação a obrigatoriedade do ensino primário gratuito. Está na Constituição que o ensino deve ser obrigatório e gratuito. Entretanto, o dispositivo vem sendo cumprido apenas em parte, continuando a maioria das crianças brasileiras em idade escolar sem a referida assistência. Isso não impediu, como se sabe, que o governo,

que falta com a assistência escolar primária a que está obrigado, tenha passado a exigí-la dos particulares, obrigando as empresas com mais 100 empregados a manterem escolas. (*Gazeta do Sul*, 09 de setembro de 1961)

Desta forma pode-se concluir que o jornal *Gazeta do Sul* publica dias depois da posse de João Goulart um editorial sobre a reforma agrária com o fim de problematizar as conclusões que o governo dá para esta questão, mostrando para o público leitor que o verdadeiro culpado pela questão do latifúndio não era a propriedade privada e sim o próprio governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a Campanha da Legalidade se tratou de um movimento sócio-político de extrema importância para a história não só do Rio Grande do Sul como do Brasil. As articulações políticos partidários em Santa Cruz do Sul mostraram-se sempre favoráveis a posse legal de João Goulart, porém divergiam quanto à solidariedade a Leonel Brizola. Enquanto o sindicato de Santa Cruz do Sul e a Câmara de Vereadores de Lajeado, em reunião com o prefeito da cidade, declarou solidariedade ao governador Leonel Brizola, a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Sul e o prefeito de Santa Cruz do Sul, somente pronunciaram-se a favor da posse de João Goulart sem fazer menção a Campanha liderada pelo governador Brizola.

Quanto aos editoriais, o jornal *Gazeta do Sul*, mostrou-se simpático ao governo de Jânio Quadros, que para os mesmos, estava recolocando o país nas metas. Colocou-se contra a subversão da ordem, contra o veto dos ministros militares, ou seja, a favor da posse de João Goulart e então a favor da Legalidade, porém não fizeram, em nenhum dos 05 editoriais publicados durante o período, menção ao movimento liderado por Brizola. A opinião do jornal quanto a emenda parlamentarista apareceu nos editoriais. Ela apareceu como uma solução que salvaria o país da decadência do presidencialismo.

Desta forma, foi possível reestruturar o que estava acontecendo em Santa Cruz do Sul, quando se trata de ações políticos partidários, em relação à crise político-militar e a Campanha da Legalidade e também ver como o *jornal Gazeta do Sul* atuou como um ator político dentro deste cenário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. **O Brasil doente e o povo eleito**: Leituras da legalidade na imprensa do Rio Grande do Sul (1961). In: SILVA, Giselda; MATOS, Julia; SCHURSTER, Karl (Org.). Campos da Política - Discursos e Práticas. 1. ed. São Paulo: LP-Books, 2012, v. p. 486-504.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. **Jango e Brizola**: tão perto e tão longe (1961-1964). 2007. 133f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2007.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. **Reformas na Lei ou na marra?** João Goulart e Leonel Brizola nas páginas dos jornais Última Hora e Correio do Povo no Rio Grande do Sul. (1963). In: Heinsfeld, A, et al. (org.). Fazendo História Regional: Política e cultura. Ied. Passo Fundo: Méritos, 2010, V. 1, p. 243-264

BANDEIRA, Moniz. Brizola e o trabalhismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979, p. 57-99.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 2011, p. 125-172.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 2011, p. 11-52.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: 2 ed. Edusp, 1995.

FELIZARDO, Joaquim José. **A legalidade**: último levante gaúcho. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988.

Ferreira, Jorge. **O imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 279-314

KLÖCKNER, Luciano; ABREU, Luciano Aronne de; MONTEIRO, Charles (Org.) **Segunda legalidade**: registros históricos e jornalísticos. Porto Alegre: EDIPUCRS: Evangraf, 2014, p. 19-64.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Ed saga, 1969.

TAVARES, Flávio. 1961: o golpe derrotado: luzes e sombras do Movimento da Legalidade. Porto Alegre: L&PM, 2011.

Gazeta do Sul – 25 de agosto à 31 de dezembro de 1961.